



HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA ANTIGAS: A CONSTRUÇÃO DE UM GÊNERO DISCURSIVO

Marinalva Vilar de Lima

Doutora em História Social (USP); Professora da área de História antiga e medieval da
UAHG/UFCG

Michelly Pereira de Sousa Cordão

Mestre em História (PPGH/UFCG); Professora substituta da UAHG/UFCG

RESUMO

O artigo percorre as produções de historiadores, poetas e retóricos do mundo greco-romano, com a intenção de problematizar a maneira como se pensava as relações entre o gênero historiográfico e aqueles que a ele se articulavam. De um lado, Heródoto, Tucídides, Políbio, Tito Lívio, Tácito, entre outros; de outro, Aristóteles, Horácio, Cícero, etc. Trata-se de observar como a tradição de que fazemos parte foi sendo elaborada pelos antigos a partir de heranças e rupturas com conceitos dos gêneros poético e retórico. Assim como, confere-se ênfase às discordâncias e as “disputas intelectivas” entre os próprios historiadores a fim de observar as maneiras peculiares como cada um elaborava sua escrita, ainda que se mantivessem em respeito como uma tradição que a todos tocava. Coloca-se, ainda, em questão uma discussão contemporânea sobre o caráter epistemológico da escrita da história.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia antiga, Poesia, Retórica

ABSTRACT

This article runs over the production of historians, poets and rhetoricians of the greek and roman world. And aims at inquiring into the manner whereby they thought about the relation between historiographic genre and those with which they were articulated. On one hand, Herodotus, Thucydides, Polybius, Livy, Tacitus, among others; on the other hand, Aristotle, Horace, Cicero, etc.



The main concern is to observe how the tradition we have inherited was wrought into being by those of old from the inheritances and ruptures with concepts of the poetic and rhetoric genera. Besides, we lay emphasis on the discrepancies and “intellectual quarrels” among the historians themselves in order to have an insight into the peculiarities displayed by each one of them in working their writings, notwithstanding their respect to the tradition belonging to all. It shall also be considered a contemporary discussion on the epistemologic character of writing in history.

KEY-WORDS: Ancient Historiography, Poetic, Rhetoric

Xenofonte (séc. V-IV a.C.) escreveu história ao narrar a vida do rei persa Ciro quase sem referências a evidências? A *Ciropeia* (A educação de Ciro) não teria sido apenas um texto literário ou biográfico, cujo autor teria tomado um personagem “real” como tema a ser narrado? Xenofonte se propõe a entender como Ciro conseguiu, com sua arte de governar, colocar sob seu domínio uma variedade de povos distantes de seu reino persa, deixando uma lição aos seus leitores de que tal tarefa era possível. Produz uma narrativa em que procura demonstrar elementos que justificariam as conquistas do rei persa: sua origem, sua educação, seu caráter, suas batalhas e outros acontecimentos de sua vida. Uma das poucas marcas explícitas que contribui para associarmos sua obra ao gênero historiográfico se resume a um rápido comentário que incorpora ao prefácio: “*Narraremos o que dele ouvimos, e o que podemos alcançar por investigação própria*” (XENOFONTE, 1970: 07).

Comentário que, aliado aos objetivos de Xenofonte, nos permite vincular sua obra ao gênero da história, visto denunciar que narrará feitos acontecidos a partir do que “ouviu” e do que investigou por conta própria. Provavelmente, o trabalho do historiador grego não receberia credibilidade se se tratasse de um texto moderno ou contemporâneo, pois que as exigências do nosso tempo são outras. Contudo, em se tratando do mundo antigo, expor no texto que pretendia dizer o que aconteceu parecia suficiente ao historiador para convencer o leitor da credibilidade de sua obra (VEYNE, S/D: 40).

Nesse sentido, como o gênero discursivo da História foi sendo construído a partir das relações dos historiadores entre si e de seus diálogos com outros gêneros, sobretudo com a poesia? Como os historiadores se apropriaram da poesia e do discurso retórico? Quais as marcas que caracterizavam

suas obras? Como concebem as noções de verdade e verossimilhança? São essas as principais questões que nos guiam neste artigo.

Voltemos até um século antes de Xenofonte para dialogarmos com um escritor que já se preocupou em narrar o verdadeiro: Hecateu de Mileto, que no séc. VI a.C. se propôs a escrever a tradição a partir de uma crítica dos relatos (*lógoi*) de seus contemporâneos: “*Assim fala (mytheítai) Hecateu de Mileto: escrevo isso como me parece ser verdadeiro (dokei alethéa); pois os relatos (lógoi) dos gregos são, como me parecem, muitos e ridículos*” (Apud HARTOG, 2001: 41)¹¹⁷. Hecateu atribui a si um lugar distintivo ao se colocar como um escritor que narrará o verdadeiro com a sistematização dos relatos que, por serem muitos, não se ligavam a esse conceito.

Heródoto, embora o utilize, dele se distancia, por considerá-lo apenas um contador de relatos (*logopoiós*) (Idem, ibidem) e, por hipótese, um escritor que não teria realizado a investigação (*historié*)¹¹⁸. Semelhante aos poetas, Heródoto procurou preservar do esquecimento os feitos que se passaram. Porém, não foram as Musas, as nove divindades filhas de Zeus e Mnemosine, personificação da memória, quem lhe informaram o que dizer; ele próprio, Heródoto de Halicarnassos, foi quem promoveu suas investigações cujos resultados foram transformados em escrita. Promove todo um jogo comparativo entre as informações orais de diversos povos a que teve acesso, demonstrando uma preocupação em dizer a verdade (MORELO, 2001: 17), embora a considere inalcançável por conta da existência de uma vasta quantidade de opiniões sobre os atos humanos.

Heródoto se preocupa em esclarecer que as versões das testemunhas dos feitos sobre os quais historia, precisam da confirmação de seu “olho” para serem consideradas mais verossímeis. De um lado, se preocupa apenas em expor o que colheu de suas testemunhas: “*Quanto a mim, meu objetivo ao longo de toda a obra é registrar tudo que me foi dito tal como ouvi de cada informante*” (HERÓDOTOS, 1988: 128). De outro, desconfia do que ouve: “*em verdade, minha obrigação é*

¹¹⁷ A partir de uma coletânea de Hartog, em que reúne excertos (bilíngues) de vários historiadores e outros escritores antigos, por ele também comentados, pudemos acessar alguns materiais que contribuíram para a execução de nosso estudo (HARTOG, 2001).

¹¹⁸ Todos os termos em grego deste artigo foram retirados dos textos bilíngües de escritores antigos estabelecidos por Hartog. Cf.: Idem, ibidem. Para todas as traduções do grego, consultamos o vocabulário inserido no livro: MURACHCO, Henrique. **Língua Grega: visão semântica, lógica, orgânica e funcional**. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 2003 (v. II). Assim, optamos por não mais fazermos referência ao mesmo, a cada uso de um termo em grego.

expor o que se diz, mas não sou obrigado a acreditar em tudo (essa expressão deve aplicar-se a toda a minha obra)” (HERÓDOTOS, 1988: 382). Comentários que evidenciam sua intenção em construir uma memória dos feitos humanos respaldada numa prática investigativa que lhe poderia conferir um estatuto de verdade.

Heródoto afasta de seu texto as Musas, até então vistas como únicas detentoras de um saber transmitido aos poetas para que a fama (*kléos*) dos heróis pudesse ser imortalizada. Os versos de Homero são condicionados pelo que lhes diziam as Musas e, por isso, apenas esses seres divinos, que tudo presenciavam e que tudo sabiam, poderiam lembrar o que se passou em Tróia:

A multidão eu próprio não diria nem nomearia
Nem se dez línguas e dez bocas eu tivesse,
Voz infrangível e brônzeo peito em mim houvesse,
Se as Olimpíades Musas, de Zeus que tem a égide
Filhas, não lembrassem quantos a Tróia foram.
Os chefes assim das naus direi e as naus todas
(HOMERO Apud HARTOG, 2001: 23).

Filhas da memória (*mnemosýne*), as Musas inspiram o aedo Homero a cantar a guerra de Tróia com uma visão dos dois lados nela envolvidos, como se fosse Zeus (HARTOG, 2001: 34). O lugar divino confere às Musas uma condição privilegiada que lhes permite dizer o que desejam. Assim, é que se colocam ao dirigir palavras a Hesíodo, um “servo das Musas” que como um aedo cantava a “fama dos primeiros homens” (Idem, ibidem: 25). As mentiras (*pseúdea*) e as verdades (*alethéa*)¹¹⁹ eram acessíveis apenas aos deuses que, desse modo, poderiam controlar o que queriam que fosse imortalizado, tornando os poetas seus servos.

Dessa servidão, o historiador procurou se desprender ao dessacralizar a verdade e torná-la possível de ser alcançada através do exercício da investigação. Daí que a dificuldade de Heródoto em alcançar a verdade não mais tinha a ver com a crença de que ela só seria permitida aos deuses, mas com a existência de uma vasta quantidade de opiniões que ele não podia simplesmente rejeitar em

¹¹⁹ Palavra que está ligada a um exercício que desvela algo que estava encoberto, revelando-o, descobrindo-o, etc.

prol de uma apenas. Heródoto, como historiador, possui sensibilidade para o que é humano, histórico, mutável, inaugurando um tipo de compreensão que passará a fazer parte da tópica histórica: “(...) pois muitas cidades outrora grandes agora são pequenas, e as grandes no meu tempo eram outrora pequenas. Sabendo portanto que a prosperidade humana jamais é estável, farei menção a ambas igualmente” (HERÓDOTOS, 1988: 20).

Tópica que tem como marco o exercício de investigação (*historíe*) que advém de *hístora*, cuja raiz etimológica remete a “ver” e a “saber” (HARTOG, 2001: 51). Para si, Heródoto confere o estatuto de quem sabe por que “viu” e não por ter sido inspirado pelas Musas. Assina seu nome no prólogo das *Histórias*, tomando para si um lugar de saber que passará a ser construído a partir do “método” da investigação: “*Daí em diante, para ‘ver’ é preciso arriscar-se (ir ver) e aprender a ver (recolher testemunhos, reunir as diferentes versões, relatá-las, classificá-las em função do que se sabe por outras fontes e também em função do grau de verossimilhança)*” (Idem, ibidem: 51). A partir daí, observa-se no discurso que passará a prevalecer entre os historiadores um esforço por se distanciar do estatuto da produção dos poetas. Esforço que pretendia demarcar um território próprio, autônomo, peculiar: o território do historiador.

Tucídides escreveu sobre a guerra entre atenienses e espartanos ocorrida nas últimas três décadas do séc. V a.C., “(...) na expectativa de que ela seria grande e mais importante que todas as anteriores (...)”, pois de acordo com as evidências (*tekmeríon*) dos feitos anteriores a ela e, sobretudo dos mais antigos, considera que esses “(...) não foram realmente grandes, seja quanto às guerras mesmas, seja quanto a outros aspectos” (TUCÍDIDES, 1986: 19). Homero, “a melhor evidência disto” (*tekmerioi dè málista*), contribuiu para o historiador justificar a fraqueza da Hélade dos tempos antigos com o argumento de que esse aspecto resultava da ausência de seu caráter uno antes da guerra de Tróia.

Ao longo dos primeiros capítulos do livro I, geralmente chamados de “arqueologia”, em que retroage a um passado mais distante da Hélade a partir de evidências (*tekmeríon*) dos poetas e de poucos sinais “arqueológicos” (*semeíon*), Tucídides procura demonstrar que os fatos (*ergoís*) que escolheu para narrar são os maiores. Superam, por exemplo, a expedição contra Tróia que, no máximo, pode ser considerada maior que as anteriores, “(...) apesar de menor que as do presente, se aqui novamente se pode dar crédito (*eikós*) à poesia de Homero” (Idem, ibidem: 23). De toda forma, mesmo com os adornos de Homero que, para Tucídides, quis tornar os fatos mais grandiosos, a

guerra de Tróia ainda foi inferior à que se dispôs a narrar. Com base em seu conhecimento militar e, sobretudo em sinais “arqueológicos” (*semeíon*), Tucídides aponta dados inverossímeis da obra do poeta, a exemplo da informação de que havia um grande número de tripulantes nas naus. Para ele, essas não suportavam mais passageiros que os reis e outras autoridades importantes, em razão da ausência de convés, característica de naus construídas à maneira antiga (Idem, *ibidem*).

Nesse sentido, Tucídides considera que os feitos da guerra de Tróia foram mais notáveis que os anteriores, contudo, “(...) *foi, como os fatos demonstram, inferior à sua fama e à repercussão que até hoje, graças à influência dos poetas, tem continuidade*” (Idem, *ibidem*: 24). Para ele, os relatos (*logoi*) dos poetas engrandecem os fatos para que seus participantes conquistem uma fama imortal. Após promover uma descrição sobre os fatos antigos da Hélade a partir de evidências (*tekmeríon*), afirma ser “(...) *difícil dar crédito a todos os testemunhos nesta matéria*”, pois “*os homens, na verdade, aceitam uns dos outros relatos de segunda mão dos eventos passados, negligenciando pô-los à prova, ainda que tais eventos se relacionem com sua própria terra*” (Idem, *ibidem*: 27). Mesmo sobre algumas coisas que ainda permanecem em seu presente, Tucídides coloca que os gregos não constroem idéia correta: “*A tal ponto chega a aversão de certos homens pela pesquisa meticulosa da verdade (aletheías), e tão grande é a predisposição para se valer para o que está ao alcance da mão!*” (Idem, *ibidem*).

Tucídides esclarece a distinção entre a tarefa dos poetas e a sua como historiador, afirmando que, se a partir de uma dupla evidência (*tekmeríon* e *semeíon*), construiu uma descrição dos fatos da antiguidade anteriores à guerra do peloponeso muito próxima de como eles aconteceram, os cantos dos poetas, constituídos por adornos e amplificações, bem como, o exercício dos logógrafos, cujas obras teriam se preocupado, sobretudo em agradar aos ouvidos do público, não possuíam credibilidade. Pois, as coisas que narraram “(...) *não podem ser verificadas, e eles em sua maioria se enveredaram, com o passar do tempo, para a região da fábula (mythôdes) (...)*” (TUCÍDIDES, 1986: 28). Tucídides observa que a investigação do caráter verdadeiro dos fatos através de evidências (*tekmeríon*) e de vestígios arqueológicos (*semeíon*) constitui a diferença essencial da história em relação à poesia. Parte dessas evidências foi encontrada por Tucídides nas próprias obras dos poetas que, para ele, contribuíram, ao menos, para o estudo das coisas antigas.

Por outro lado, ao se dar conta das dificuldades em narrar com precisão os discursos que ouviu e/ou aqueles que lhes foram ditos por “informantes”, visto não recordá-los, Tucídides afirma

que os reproduzirá com as palavras que, segundo ele, os oradores deveriam ter usado considerando-se a circunstância e a necessidade da época. Acrescenta ainda que aderiu “(...) *tão estritamente quanto possível ao sentido geral do que havia sido dito*” (Idem, *ibidem*).

Os indícios foram necessários, sobretudo para a fabricação de uma narrativa verossímil das coisas antigas. Porém, para os eventos presentes que escolheu narrar, Tucídides tomou sua própria visão como fonte que poderia levá-lo à verdade (*alethéia*). No máximo, recorreu ainda a terceiros a fim de narrar os fatos após “(...) *investigar cada detalhe com o maior rigor possível, seja no caso de eventos dos quais eu mesmo participei, seja naqueles a respeito dos quais obtive informações de terceiros*”. Com esse duplo exercício, os feitos iam sendo desvelados, “(...) *pois as testemunhas oculares de vários eventos nem sempre faziam os mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas variavam de acordo com suas simpatias por um lado ou pelo outro, de acordo com sua memória*” (Idem, *ibidem*).

As palavras *tekmeríon* (evidências), *semeíon* (sinais) e *eikós* (verossímil)¹²⁰ perpassam os primeiros capítulos da obra de Tucídides. No restante da narrativa, todavia, se coloca como um historiador interessado com a *alethéia* (verdade), possível de ser descoberta, sobretudo a partir do que “viu” e, em menor escala, do que “ouviu”.

Suposta contradição na obra de Tucídides que foi contestada por Jacqueline Romilly (1998), para quem toda a *História da guerra do peloponeso* resultou da construção subjetiva, da interpretação e da criação de seu escritor que, com base em sua inteligência e razão, “(...) *realizou o paradoxo de servir-se da objetividade mais rigorosa para a elaboração mais pessoal*” (ROMILLY, 1998: 15). Desde os relatos que compõem a “arqueologia”, passando pelos discursos “criados”, até os fatos “reproduzidos”, Romilly observa usos de “procedimentos de relato” na obra de Tucídides, pois não estabelece uma separação entre as duas primeiras partes, que seriam apenas prováveis, e o restante da narrativa, que seria mais verdadeira.

De toda forma, por ter vivido a guerra inicialmente como general e, por fim, na condição de exilado de Atenas, Tucídides se considera mais apto a narrá-la verdadeiramente: “*Vivi a guerra*

¹²⁰ Ginzburg faz uma discussão sobre o diálogo de Tucídides com esses conceitos, colocando que sua intenção, ao usá-los, era provar os feitos de um tempo remoto sobre o qual narra. Cf.: GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: *Relações de Força*. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

inteira, tendo uma idade que me permitia formar meu próprio juízo, e segui-a atentamente, de modo a obter informações precisas” (TUCÍDIDES, 1986: 255). Coloca-se como o único historiador capaz de torná-la um acontecimento verdadeiro e útil à posteridade, haja vista ter sido sujeito testemunhal dos fatos ali ocorridos.

Dá a impressão que Tucídides faz uma crítica a Heródoto ao insinuar que, diferentemente do “pai da história”, que teria visado apenas a agradar aos ouvidos do público e escrito uma obra apenas para a competição de um prêmio (Idem, *ibidem*: 28), fabricou sua história para torná-la uma aquisição para sempre. Por outro lado, seu tratamento em relação aos discursos foi censurado por Políbio no séc. II a.C., pois para esse o historiador não se “(...) deve atribuir aos personagens palavras que poderiam ter sido ditas (...)” (POLÍBIOS, 1996: 123).

Cada historiador, então, procura de algum modo inovar o estatuto de sua obra em relação à de seus predecessores, na pretensão de lhe conferir uma maior autoridade. Na tradição grega, quanto mais o historiador se colocava como um investigador voraz, que vai ao encontro dos acontecimentos ou de informações a seu respeito, mais possuía credibilidade em relação aos seus próprios pares que viriam a acessá-los no futuro. Nesse sentido, Políbio adota uma postura já presente em Heródoto, mais valorizada por Tucídides e por ele reforçada: a investigação através dos “olhos”, pois entre a audição e a visão considera essa mais verdadeira (*alethinotéras*) (Idem, *ibidem*: 417). Critica Timeu por considerar que escolheu o caminho mais fácil, porém o pior, para suas investigações: o uso do instrumento da audição. Além de tudo, por essa ser dividida em duas espécies (a audição de “informantes” e o acesso a obras), coloca que Timeu adotou apenas o exercício de consulta a obras de memorialistas, ainda mais fácil que uma investigação baseada no diálogo com testemunhas dos eventos. Isso por que:

As pesquisas em livros podem ser feitas sem perigos ou dificuldades, e dependem apenas do acesso a uma cidade onde haja abundância de documentação ou uma biblioteca disponível. Depois disso resta ao pesquisador apenas realizar tranquilamente a sua tarefa, cotejando os relatos de escritores diferentes sem enfrentar qualquer problema (Idem, *ibidem*: 417-18).

Idéia de que o modelo de historiador, para Políbio, está longe de ser a figura que apenas circula comodamente por bibliotecas, sem experimentar nenhum sofrimento, mas apenas observando o que já disseram seus predecessores. Para ele o historiador mais admirável é o que presencia os acontecimentos por meio de viagens cansativas. *“A investigação pessoal, ao contrário, requer trabalho árduo e é dispendiosa, mas é extremamente valiosa e constitui a parte mais importante da História [histórias]”* (Idem, ibidem: 418). Ser historiador implica em ser um “homem de ação” que anda, viaja, peregrina, semelhante ao que fez o Ulisses de Homero, “homem de espírito fértil”, que “entrou por cidades de inúmeros povos”; “suportou no mar sofrimentos sem número”; enfrentou “homens na guerra e ondas cruéis” (POLÍBIOS, 1996: 418).

Políbio finaliza sua descrição sobre o perfil do historiador afirmando que a história irá bem apenas quando esses “homens de ação”, por considerarem-na *“a mais necessária e mais bela das tarefas”*, resolverem se consagrar inteiramente a ela durante toda sua vida. Além disso, *“(…) quando os aspirantes a historiadores considerarem a preparação mediante o envolvimento em atividades reais um pré-requisito indispensável para escrever a História. Enquanto não for assim os erros dos historiadores nunca cessarão”* (Idem, ibidem). A autoridade do historiador na Grécia, portanto, era construída na medida em que promovia um exercício fatigoso de investigação. Idéia que vai ter ressonâncias em Tito Lívio que faz questão em afirmar que a produção de sua “imensa obra” resultou do *labor* nela despendido (TITO LÍVIO, 1989: 18).

Políbio considera Timeu um ignorante por afirmar que ele se isentou de toda participação militar e política, bem como, das experiências de viagens. Ataca-o com ironia ao dizer que *“(…) tem a fama de encabeçar o pomposo cortejo dos historiadores [syngraphéos]”* (POLÍBIOS Apud HARTOG, 2001: 125). Por hipótese, Políbio utiliza o termo *historiográphon* (o que escreve as investigações) para se referir ao “verdadeiro” historiador e *syngraphéos* (o que escreve a partir do material que reuniu) para o que se assemelha a Timeu. Esse último, portanto, não se encaixava nos caracteres que Políbio preconizava para seu perfil de historiador.

O *syngraphéos* aparece com uma concepção distinta na descrição que Luciano de Samósata fez no séc. II d.C. do perfil do historiador e de como deveria escrever a história. Tomando Tucídides como modelo, Luciano coloca que, antes de tudo, o historiador (*syngraphéos*) deve ser *“(…) sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade [aletheías]”* (SAMÓSATA Apud HARTOG, 2001: 225). Os fatos podem ser adornados, sob medida, a partir do uso da poesia que, por

seu espírito elevado, tornava as batalhas mais grandiosas: “*então, será necessário algum sopro poético para inflar as velas com bons ventos e elevar a nau sobre a crista das ondas*” (Idem, ibidem: 227). As expressões poéticas só não podem cair na desmedida, no “delírio poético”, pois o historiador não pode permitir que os fatos se aproximem do acaso. É preciso “*(...) ao preço de mil penas e sofrimentos, comprová-los e, sobretudo se são atuais, presenciá-los*” (Idem, ibidem). O historiador assemelha-se a Zeus por assumir um lugar quase divino que o leva a narrar os fatos com a perspectiva de quem os vê do alto, observando a tudo e a todos, imparcialmente. Deve ter visão do conjunto, abordando tudo de forma sincrônica e evitando desmedidas (Idem, ibidem: 229).

Em síntese, o historiador para Luciano de Samósata devia, inicialmente, dizer o que se passou mediante produção de um memorial e, em seguida, ordená-lo, embelezá-lo, colori-lo e ritmá-lo (Idem, ibidem). Não devia criar os fatos, mas apenas ordená-los, de modo a torná-los o mais claro possível. Nesse exercício é que aflorava sua arte (SAMÓSATA Apud HARTOG, 2001: 231). Por fim, Luciano orienta o seu leitor/historiador para que escreva para o futuro e a esse, peça uma recompensa para seu trabalho, cuja glória não deve ser recebida no presente: “*Assim, é preciso que também a história [historían] seja escrita com a verdade [alethei], visando à esperança futura, mais que com bajulação, visando ao prazer dos presentes elogios. Aí tens o cânnon e o prumo de uma história justa*” (Idem, ibidem: 233).

Luciano escreveu esses comentários em um tratado intitulado *Como se deve escrever a história*, publicado em 165, com o qual apresentou uma resposta a um conjunto de histórias que para ele mais se aproximavam do gênero poético do que da história (HARTOG, 2001: 223), sobretudo a história produzida por Tucídides. Assim como esse, não abandona por completo o diálogo com a poesia, que deveria ser usada sem descomedimento.

Aristóteles apontou distinções entre os gêneros da poesia e da história, considerando, antes de tudo, que ambas não podem ser demarcadas através da forma (verso ou prosa). Para ele, esses gêneros se diferenciam porque a história conta os feitos particulares que realmente aconteceram, ao passo que a poesia imita o possível (*dynatà*) e esse é do “*(...) ponto de vista da verossimilhança ou da necessidade*” (ARISTÓTELES, 1997: 28). A poesia (epopéia, tragédia, comédia, etc.) se distingue entre os gêneros discursivos por seu caráter verossímil (*eikós*) e pela unidade das ações imitadas (*mythoi*), que possuem início, meio e fim. O poeta se caracteriza mais por ser criador de

mythos a partir da mimetização de ações, do que de versos, pois é poeta pela *mimesis* (Idem, ibidem: 29).

O tragediógrafo, segundo Aristóteles, usa também nomes de pessoas que existiram, pois o que aconteceu sugere uma crença imediata de que foi possível: “*se impossível não teria acontecido*” (Idem, ibidem: 29). Idéia que se assemelha à posição de Tucídides quando comenta sobre a apresentação de discursos em sua obra a partir do que poderia ter sido dito, conforme já comentamos. Por outro lado, o que não aconteceu, para ser possível, dependerá de sua verossimilhança e de sua necessidade. Há, pois, o possível que não aconteceu e é, no entanto, verossímil e o possível que aconteceu, ao qual o historiador se vincula.

Horácio, poeta latino do séc. I a. C., considera que “*a pintores e poetas sempre assistiu a justa liberdade de ousar seja o que for*” (HORÁCIO, 1997: 55), todavia aponta limites para essa liberdade, ao admoestar o poeta que não lhe é permitido reunir objetos que, uma vez juntos, não resultassem em unidade. Não seria cabível, por exemplo, estabelecer uma ligação entre uma cabeça humana e um pescoço de cavalo, pois sua combinação não resultaria em um ser uno, o ideal da poesia, segundo Horácio. Poeta que desmerece seus pares que inserem objetos em situações impossíveis de acontecer, criticando aquele que “*(...) recorre ao maravilhoso para dar variedade a matéria una e acaba pintando golfinhos no mato e javalis nas ondas*” (HORÁCIO, 1997: 55-56).

Ao considerar, ainda, que a poesia não se distancia da realidade, uma vez que narra coisas úteis e agradáveis à vida, Horácio coopera na nossa argumentação de que na antiguidade poesia não estava associada à idéia de ficção, conceito usado contemporaneamente para se designar os textos literários. Dessa forma, ao associarmos história e poesia, não estamos construindo para a segunda um lugar como um discurso ficcional, visto que poesia, ao menos na antiguidade, se associava ao possível, campo ao qual a história também se associava, ainda que o concebesse de forma diferenciada.

Políbio, em provável resposta a Aristóteles, procurou demarcar fronteiras rígidas entre a história e a tragédia, uma das espécies da poesia, colocando que a esta caberia criar experiências que poderiam ter acontecido, mediante o uso de expedientes que provocassem emoções no público. Ao historiador, todavia, cumpriria tão somente “*(...) registrar os fatos e as palavras reais por mais banais que sejam (...)*” (POLÍBIOS, 1996: 123). Ao colocar que o tragediógrafo pode/deve fascinar os ouvintes com a verossimilhança dos discursos (*pithanotáton lógon*) e que, ao historiador caberia

instruir aquele com uma narrativa verídica dos fatos, Políbio tenta retirar da escrita da história o elo que a ligava à poesia: a idéia de verossimilhança. Além disso, responde às teorizações de Aristóteles, tentando construir uma superioridade para a história em relação à poesia (HARTOG, 2001: 139).

Segundo Hartog (2001: 139), o historiador grego concebe a tragédia enquanto um discurso associado ao verossímil/persuasivo (*pithanón*), termo que se difere do verossímil (*eikós*) aristotélico por se associar ao engano/falso (*pseudos*). O *eikós* se articula à atividade mimética do poeta, criador de mitos (*mythoi*), segundo Aristóteles. Por outro lado, Políbio afirma se pautar num discurso verdadeiro (*alethinón lógon*) voltado para o benefício daqueles que desejam aprender (Idem, ibidem: 119), afirmando se distanciar de uma noção, o verossímil (*pithanón*), que se baseia apenas em crenças e não em fatos (*pragmatos*). Daí a noção de uma história pragmática, cuja condição para ser útil aos leitores, era seu estatuto de verdade.

A *mimesis* aristotélica, conforme Hartog, se constitui de representações de ações, se tratando de um conceito ligado especificamente à poesia. Assim, para Aristóteles, a história não constitui uma imitação (*mimesis*) nem uma criação (*poiesis*). Constitui uma narrativa que diz o que aconteceu (*légein tà genóména*), ao passo que a poesia cria o que aconteceu (*poiêin tà genóména*), com base no verossímil. Por outro lado, Hartog coloca que Políbio considera a história como *mythos*, conforme o significado aristotélico, por concebê-la também como uma narração de uma única ação, provida de início, meio e fim, característica que, para Aristóteles, seria específica à poesia. A história, para esse, expõe um único tempo e não uma única ação (ARISTÓTELES, 1997: 45); daí se constituir de uma narrativa de eventos particulares, localizados num só tempo, ao passo que a poesia daria conta do geral, do universal.

Hartog coloca que Políbio desloca para a história a noção de *mythos*, “(...) mas ignora tranqüilamente a questão da *mimesis*”. Logo, “se a história é um *mythos* (mesmo verídico), deve logicamente corresponder à *mimesis* e estar do lado da *poiesis*” (HARTOG, 2001: 140). Contudo, Hartog diz ainda que isso não quer dizer muita coisa, visto que, para Políbio, o historiador lida com experiências e, a partir do “olho”, narra o verdadeiro. Políbio promove uma separação considerável entre poesia e história, tanto ao afirmar que a história não deve escrever textos agradáveis para emocionar o público, já que se trata de um conhecimento pragmático, como ao considerar que o verossímil está ligado apenas à poesia, visto que a história se associa ao verdadeiro. Contudo, por se referir a um verossímil dissociado do campo do possível, o *pithanón*, consideramos que Políbio não

rejeita, em verdade, a noção de *eikós*, o verossímil aristotélico. Noção que aparece em sua obra, por exemplo, ao afirmar que não é verossímil (*eikós*) que as histórias de fatos particulares contemplem todo o mundo habitado (POLÍBIOS, 1996: 44).

De toda forma, Políbio procura se distanciar de Tucídides, cuja obra possui uma dimensão poética no sentido de narrar (e afirmar, por vezes, fazê-lo) o verossímil (o *eikós*), na medida em que afirma produzir uma escrita essencialmente pragmática, termo que advém em grego de *pragmatos* (fato, coisa, prático). Sua crítica a Tucídides tem como principal argumento a idéia de que ele teria narrado o verossímil (*pithanón*), enquanto uma crença desprovida de fundamentos, quando da reprodução de discursos que poderiam ter sido ditos. Porém, o termo usado por Tucídides para dizer o verossímil foi *eikós*, associado ao campo do possível. De toda forma, toda essa argumentação de Políbio é conduzida por sua intenção em construir uma história pautada em um discurso verdadeiro sobre o que aconteceu, concepção do *lógos* que, em certo sentido, já aparece em Platão¹²¹.

Ainda que suas referências se associem ao *lógos* construído pelos “bons” filósofos, Platão nos permite argumentar que o historiador é também um produtor e narrador de *lógos*, termo que aparece nas obras de Heródoto, Tucídides e Políbio. Por outro lado, segundo os comentários de Aristóteles sobre a arte poética, o poeta é um criador de *mythos*. Considerando que *lógos* e *mythos*, segundo Hartog, eram conceitos imbricados no mundo antigo/grego, poderemos dizer que história e poesia também o eram.

De toda forma, observamos que nas obras desses historiadores a idéia de *lógos* prevalece, o que nos leva a crer que aí se encontra a diferença principal entre história e poesia para os antigos. Conforme Marcel Detienne (Apud MORELO, 2001: 40), por exemplo, em todos os nove livros de Heródoto, a palavra *mythos* aparece apenas duas vezes, o que demonstra seu interesse em narrar, sobretudo, os *logoi* dos povos com quem estabeleceu contatos. Tucídides coloca que em sua obra não se encontrará o *mythôdes* (o fabuloso). Políbio afirma que o historiador lida com *lógon alethinôn* (discursos verdadeiros).

À semelhança de Aristóteles, Cícero (2004) se preocupou em estabelecer as marcas que, para ele, tornavam a oratória singular em relação aos outros gêneros discursivos: poesia, história, filosofia e sofística. Considera que, próxima à oratória, a história é composta por elegantes narrativas em que

¹²¹ Cf.: PLATÃO. Sofista. In: *Diálogos*. Trad.: Jorge Paleikat; João Costa. São Paulo: Editor Victor Civita, 1972. p. 135-203.

estão descritos lugares e batalhas, disputas e exortações, porém nela ausenta-se o estilo vivo/eloqüente¹²², específico ao gênero oratório presente nos discursos forenses. Em Heródoto e em Tucídides, Cícero afirma encontrar um estilo fluido e agradável que o leva a considerá-los os primeiros a doarem à história um aspecto adornado. Aspecto que os distinguia dos sofistas, cujo estilo, para Cícero, era marcado por um excesso de refinamentos (CICERÓN, 2004: 45). Cícero diz ainda que o estilo dos filósofos se distancia da oratória por sua preocupação com o conteúdo e não com a forma de dizê-lo. Considera que a poesia, por sua vez, se interessa mais pela forma do que pelo conteúdo e, por isso, possui mais liberdade que a oratória durante a criação e composição das palavras (Idem, ibidem: 57).

Em síntese, Cícero argumenta que a poesia se distancia tanto da oratória como da história pelo fato de que as últimas se interessam, sobretudo, pelas coisas que aconteceram. À poesia, ele dirige valorosos elogios em um discurso em que defende a cidadania romana do poeta de origem grega, Árquias (CÍCERO, 1974). Constrói uma imagem superior da poesia, pois se o valor das outras matérias resulta do ensino, das regras e da teoria, “(...) o poeta tem valor pela sua própria natureza e é estimulado pelas forças intelectuais e é inspirado, digamos assim, por uma espécie de bafejo divino” (Idem, ibidem: 190-91). São elogios que acabam tomando um sentido pragmático, pois Cícero os apresenta para argumentar que um homem de tamanha excelência no exercício da arte poética, não poderia ser condenado. De toda forma, a oratória é posta como inferior à poesia por resultar de uma dedicação baseada em estudos intensivos, enquanto que a primeira constituía um dom divino que era transferido pelas Musas para alguns escolhidos.

Por outro lado, em *De oratore* (CÍCERO Apud HARTOG, 2001), onde afirma que a história era função do orador, Cícero chama a atenção para a necessidade do historiador adornar os fatos narrados por meio da eloqüência forense. Rebaixa a produção dos chamados analistas, historiadores anteriores e contemporâneos a Tito Lívio, que em sua época davam continuidade aos “grandes Anais”. Material oficial preenchido por registros dos feitos da cidade que eram gravados em uma tábua branca por um pontífice máximo que, em seguida, a expunha em sua casa para que o povo tomasse conhecimento do que nela continha (CÍCERO Apud HARTOG, 2001: 145). Eram

¹²² Ressalte-se que essa história sobre a qual Cícero comenta se trata da escrita dos Anais, por ele rebaixada na obra *De oratore*, na medida em que considera necessário se estabelecer uma história com base na eloqüência forense, exercício não desenvolvido pelos analistas, segundo ele.

registrados acontecimentos que demonstravam como estava a relação dos homens com os deuses; acontecimentos que eram escolhidos pela cidade para serem memorizados (as vitórias, as calamidades e os prodígios) e que passavam a fazer parte de sua história “oficial” ou “religiosa”. História que, segundo Cícero, teve sua continuidade com os analistas, considerados meros narradores de fatos e, por isso, produtores de obras desprovidas de embelezamento e eloquência, elementos necessários à história. Ao historiador preconizado por Cícero, caberia articular a descrição de fatos com a arte da eloquência, pois desse modo lhe seria possível inovar a tradição da historiografia romana.

Temos a impressão que esse exercício foi promovido por Tito Lívio que se apropriou de concepções ciceronianas para a construção de sua *Ab urbe condita libri* (História de Roma), obra marcada por um caráter literário e oratório que não diminui seu aspecto historiográfico. A partir de Lívio, percebemos que no mundo antigo/latino havia uma relação cruzada entre oratória e história, visto que ambas tinham como preocupação narrar o verossímil, ainda que possuíssem especificidades. Se Fábio Pictor (séc. III a.C.) foi o primeiro historiador de Roma (MOMIGLIANO, 2004: 129), Lívio foi, provavelmente, o primeiro a escrever a história a partir de um diálogo mais próximo com a retórica do orador e, portanto, a atribuir beleza e elegância aos fatos, conforme o ensinava Cícero.

A ausência da ornamentação dos fatos na *Bellum civile* (Guerra Civil) de Júlio César foi usada como argumento pelos historiadores latinos de sua época para dissociarem-na do gênero da História. Designaram-na de *comentariis* (memórias), gênero discursivo recorrente no mundo antigo que se vinculava, em latim, à palavra *mens* (“fazer pensar”, “lembrar”). Raiz de *moneo* que se associa à palavra *monumentum*, cujo significado constitui tudo o que faz recordar uma lembrança e, particularmente, o que faz recordar a lembrança de um morto: túmulo, estátua, inscrição, etc. (ERNOUT & MEILLET, 1932: 574; 596; 598). Materiais usados por Lívio para fabricar sua história, por se tratarem de documentos que evocavam a memória do passado.

Dessa forma, a obra de César era vista em seu tempo como uma memória a ser utilizada como fonte pelos historiadores por não possuir marcas específicas ao gênero da história e, por isso, “(...) teve o sentido de livro de reflexões, caderno de apontamento, lembrete, diário, texto escrito ao correr da pena, conciso e destituído de ornamento” (MENDONÇA, 1999: 27). Para os historiadores

da época, constituía um material a ser reescrito a partir de elementos artísticos, considerados por Cícero necessários ao historiador.

Para Cícero, por produzirem apenas *monumenta* de fatos (CÍCERO Apud HARTOG, 2001: 145), é que os analistas deveriam ser superados por um perfil de historiador que se preocupasse em orná-los, o que seria possível a partir do uso de elementos da eloquência forense. Além disso, ao colocar que o orador deve também se apropriar da história, se refere às leis dessa que lhe possibilitariam dizer a verdade: “Com efeito, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo falso? Em seguida, não ousar dizer algo que não seja verdadeiro? Que não haja, ao se escrever, qualquer suspeita de complacência?” (Idem, ibidem: 151). Cícero, então, convida historiadores e oradores para se apropriarem uns dos outros, pois a história permitiria aos últimos a construção de discursos verdadeiros e a eloquência forense permitiria aos primeiros um discurso mais ornamentado e aprazível. Com esse movimento recíproco de apropriação, os dois gêneros discursivos poderiam se tornar mais críveis.

A escrita da história de Tito Lívio se caracteriza pela presença dos elementos que deveriam, aos olhos de Cícero, fazer parte de um discurso oratório: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *pronuntiatio*¹²³. A *dispositio*, por exemplo, conforme Cícero, constitui um recurso retórico que permite organizar no discurso os fatos descobertos com a *inventio*, exercício que busca coisas verdadeiras e/ou verossímeis, a serem usadas para tornar provável a causa então defendida. A *inventio* perpassa todas as seis partes que formam um discurso, conforme Cícero: exórdio, narração, divisão, confirmação, refutação e conclusão (CÍCERO, 2005: 57). Constitui, pois, o elemento fundamental para conceder ao discurso um estatuto verossímil.

Nesse sentido, se entre os escritores gregos, nota-se uma preocupação em discutir a relação entre história e poesia, exercício promovido por Tucídides, Aristóteles e Políbio, em Roma muitos deles se preocuparam em comentar a relação entre história e oratória, a exemplo de Cícero e de

¹²³ Vejamos o que comenta sobre esses elementos: “*Invenção* é a descoberta de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável. *Disposição* é a ordenação e distribuição dessas coisas: mostra o que deve ser colocado em cada lugar. *Elocução* é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção, *Memória* é a firme apreensão, no ânimo, das coisas, das palavras e da disposição. *Pronúnciação* é a moderação, com encanto, de voz, semblante e gesto”. Cf.: CÍCERO. **Retórica a Herênio**. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005. p. 55.

Quintiliano. Esse último, orador do início do séc. I d. C., em suas *Instituições oratórias*, seguiu o caminho inverso de Cícero, ao alertar os oradores a evitarem a maior parte das qualidades da história. Pois, essa “(...) *está muito próxima dos poetas, é uma espécie de poema em prosa, escreve-se para narrar, não para provar – e a totalidade da obra é composta não para a realização de algo ou para um combate presente, mas para a memória da posteridade e a fama do talento*” (QUINTILIANO Apud HARTOG, 2001: 165).

O conceito de história enquanto narrativa estaria associado ao gênero da poesia e não à noção de prova que, por sua vez, era necessária ao orador. Daí Quintiliano considerar, distintamente de Cícero, que o orador não deveria dialogar com a história, sobretudo porque essa estaria preocupada mais com o futuro do que com as questões imediatas que, por sua vez, interessavam a oratória. Cícero também considera inútil um conhecimento que não fornecesse exemplos a serem imitados e, por isso, as investigações ligadas à história,

(...) se servem para que imitemos os homens ilustres, são realmente úteis; se porém servirem tão-somente para renovar a recordação e a memória antiga, não passam de curiosidade. E, assim, exortamos-te todos a que imites, na medida do possível, esses homens cujas pegadas vimos seguindo (CÍCERO, 2005: 160).

Quintiliano e Cícero criticam algo que Tácito (século I d.C.) defende: a escrita de uma história para a posteridade. O historiador do império romano se contrapõe à história que, segundo ele, apenas atendia a interesses imediatos, qual seja, a história produzida por uma vasta quantidade de escritores que narravam os feitos de Roma desde sua fundação com “eloquência e liberdade” (TÁCITO Apud HARTOG, 2001: 209). Tácito considera que esses “grandes talentos” acabaram paralelamente ao período em que Roma alcançou a “paz” com a vitória de Augusto no Ácio. Compreende que os escritores da república tinham o único interesse pragmático de justificar o poder de políticos. Daí considerar que no período republicano, anterior ao “Ácio”, “*a verdade [ueritas] foi fraturada de múltiplas formas*”, pois que a maioria dos escritores se preocupava apenas em bajular ou em expor seu ódio pelos poderosos. “*Assim, nem uns, nem outros preocupavam-se com a posteridade, divididos entre hostis e submissos*” (Idem, ibidem).

Tácito considera sua obra um “novo gênero” por não mais estar preocupado em narrar desde a fundação de Roma, como o fazia os historiadores republicanos. Coloca-se como um historiador do império, para o qual constrói uma história em suas duas obras: *Anais* (da morte de Augusto a Nero) e *Histórias* (da morte de Nero a Domiciano) (HARTOG, 2001: 215).

Para a escrita dos *Anais*, Tácito delimitou um ponto de partida próximo de seu tempo (o principado de Tibério, posterior ao de Augusto), justificando esse recorte temporal com a afirmação de que muitos escritores já escreveram sobre as coisas antigas do povo romano, como também, sobre as coisas de Augusto. Por outro lado, para conferir credibilidade ao seu discurso, argumenta que a produção existente sobre o período a respeito do qual narrará é constituída por mentiras: “*Tudo quanto se escreveu no governo de Tibério, de Cláudio, de Caio, e de Nero é mentiroso em consequência do medo: e o que depois da morte deles se publicou tem o mesmo carácter, por estarem os ódios ainda muito recentes*” (TÁCITO, 1965: 03). Por isso, se preocupa em informar que, diferentemente desses escritores, narrará os fatos imparcialmente e não deixará que o ódio e a afeição lhe influenciem: “*Lembrei-me pois de dizer pouco de Augusto, e só os últimos acontecimentos de sua vida: e continuar logo com os de Tibério, e seus sucessores, sem ódio nem afeição, porque nenhuns motivos tenha para isso*” (Idem, *ibidem*).

Procurando defender ao máximo o *tópos* da imparcialidade por considerá-lo ausente nos escritores republicanos e por tentar se construir como diferente desses, Tácito admite que sua carreira política deveu-se aos imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano. Contudo, assevera que isso não corromperá sua imparcialidade, pois “*(...) os que professaram credibilidade inalterável devem falar de quem quer que seja sem amor e ódio*” (TÁCITO Apud HARTOG, 2001: 209). Tácito apresenta parcos comentários sobre seu “método” que, apesar de serem exigidos pela tópica histórica, eram pouco expostos pela maioria dos historiadores que, no máximo, costumavam aproveitar o espaço do prefácio para fazê-lo.

Dionísio de Halicarnasso, grego que afluiu para Roma após a vitória de Augusto no Ácio, descreveu no prefácio de suas *Antiguidades romanas* o que hoje chamaríamos de “método” historiográfico, ao informar o assunto escolhido, as fontes utilizadas e os detalhes de sua obra (o recorte temporal, os fatos selecionados e a forma discursiva). Aponta o que precisou fazer para a escrita de uma obra em que se preocupa em demonstrar que as origens de Roma eram gregas a partir de uma investigação que remonta à fundação da cidade. Interessa-se, pois, em apontar as regras que

deveriam ser seguidas pelo historiador: “(...) *devem primeiramente escolher argumentos belos, cheios de prestígio e que sejam úteis para os futuros leitores – e em seguida buscar as fontes adequadas para a abordagem do assunto, com muito cuidado e amor pelo trabalho*” (HALICARNASSO Apud HARTOG, 2001: 189).

De início, Dionísio informa o assunto escolhido, o domínio romano sobre o mundo, “(...) *que nenhum discurso ainda adornou dignamente*” (Idem, ibidem: 191). Após esse passo, afirma que é preciso “(...) *falar das fontes que utilizei quando estava a ponto de começar a escrever*”, a fim de que não surjam suspeitas a seu respeito por aqueles que leram escritores, como Políbio e Timeu que, com suas negligências, não apresentaram os registros que utilizaram (Idem, ibidem: 201).

Assim, além de citar as fontes, Dionísio descreve cada um de seus movimentos enquanto historiador:

Pessoalmente, desembarquei na Itália no momento em que César Augusto pôs fim à guerra civil, no meio da centésima oitogésima sétima Olimpíada, e, a partir daquela época até o presente, vivi em Roma vinte e dois anos, aprendi a língua dos romanos e tomei conhecimento da literatura nacional; em todo esse tempo, consagrei-me constantemente às atividades que tinham relação com meu assunto. Por uma parte, recebi o ensinamento dos homens sábios, com os quais convivi; por outra, li cuidadosamente as histórias que escreveram os escritores louvados pelos próprios romanos, Pórcio Catão, Fábio Máximo, Valério Antias, Licínio Mácer, bem como os Élios, os Gélios, os Calpúrnios e muitos outros, homens que não são obscuros, cujas obras levei em conta (elas são parecidas com os anais gregos), pondo-me então a escrever (Idem, ibidem).

Dionísio coloca que os que escrevem sobre fatos muito antigos apenas para adquirirem fama ou para se mostrarem superiores pela arte da oratória, o fazem de forma negligente e, por isso, não serão elogiados pela posteridade. É preciso seguir regras e, além das duas já apresentadas, restava: “(...) *falar da própria história: a quais limites cronológicos a restrinjo, de quais fatos faço a narrativa e qual é a forma que dou à minha obra*” (Idem, ibidem). Sobre a forma, Dionísio coloca

que optou por escolher um discurso misto, distinto dos que já foram produzidos por outros historiadores, pois com ele poderia alcançar leitores variados:

(...) trata-se de uma mistura de todos os gêneros, tanto do forense quanto do especulativo, a fim de que fique claro, para os que se ocupam dos discursos políticos, para os que se consagram à especulação filosófica, assim como para todos os que podem querer distrair-se sem incômodo com leituras históricas, que esta obra os atende (Idem, *ibidem*: 203).

A partir da exposição das regras da investigação historiográfica, Dionísio concebe a história como um gênero próprio, ainda que resulte da articulação de vários outros.

Ainda que tenha vivido o mesmo período de Dionísio, não encontramos no prefácio de Lívio e/ou em sua obra esse tipo de exercício detalhado em que expõe a “metodologia” adotada¹²⁴, embora tenha vivido a mesma época que Dionísio. O que nos leva a crer que os historiadores produziam discursos peculiares, mesmo que fizessem parte de uma só tradição.

O gênero da história na antiguidade foi se construindo enquanto específico na medida em que seus produtores procuraram se distanciar de outros gêneros com os quais dialogavam. Mas, além disso, durante todo esse percurso que trilhou durante o mundo antigo, a historiografia foi sendo construída a partir das “disputas intelectuais” entre os escritores, pois que, ao tentarem se colocar como distintos/superiores de/a seus antecessores, foram promovendo deslocamentos na tradição historiográfica. Conforme coloca Hartog,

(...) na construção continuada dessa escrita, foram feitas certas escolhas, produziram-se “esquecimentos”, deslocamentos e também reformulações: de

¹²⁴ Paul Jal afirma que os comentadores da obra de Lívio costumam reclamar por essa ser desprovida de comentários explícitos sobre o “método”. O que força de seu estudioso uma análise minuciosa, que observe em seu *corpus* indícios de sua visão da história Cf.: JAL, Paul. Tite-Live et le métier d'historien dans la Rome d'Auguste. In: *Bulletin Budé*, Paris, 1989.

Heródoto a Luciano e a Santo Agostinho, passando por Cícero e Tito Lívio, a mesma palavra não designou sempre a mesma mercadoria (HARTOG, 2001: 10).

A história nasce como *historié* (investigação) com Heródoto, tornando-se também *historia* (narrativa sobre os fatos acontecidos) com Aristóteles, idéia que prevaleceu nos historiadores latinos, a exemplo de Tito Lívio. Diferença substancial entre gregos e romanos, pois, para esses, o termo história ou memória, estava ligado à escrita sobre os acontecimentos. Portanto, a história não se diferencia da poesia apenas por narrar o que aconteceu, conforme afirmou Aristóteles, mas também por constituir um exercício de investigação do passado por meio de indícios que o evocam.

Nesse sentido, consideramos que a concepção dos antigos se aproxima da visão de alguns historiadores contemporâneos, sobretudo dos que concebem a história, antes de tudo, como uma escrita sobre experiências humanas; uma escrita que constitui também criação, invenção, manipulação, mas que não perde seu caráter representacional.

Para os historiadores antigos, os pares história/poesia e história/retórica não eram vistos como dicotômicos, mas como complementares. Por construírem obras marcadas por esses cruzamentos, terminaram, por vezes, sendo vistos, a partir de um olhar de estranhamento, como “menos historiadores”, por modernos e contemporâneos. Muitos dos quais se apropriam da idéia, construída no séc. XIX, de que história e poesia são noções completamente opostas¹²⁵ e, com isso, atribuíram aos historiadores antigos uma menor importância para a tradição contemporânea. O “método” moderno, sim, caracterizado por um tipo de produção baseado num vasto conjunto de regras, deveria ser elogiado e considerado como a base da produção historiográfica contemporânea.

Assim, entendemos que o diálogo promovido pelos historiadores antigos entre o discurso historiográfico e o poético constitui um exemplo de aproximação com a produção dos historiadores contemporâneos: de um lado, cada vez mais interessados em se apropriarem da literatura, seja como fonte, seja como modelo de escritura a ser imitado do ponto de vista do estilo; de outro, preocupados

¹²⁵ Segundo, SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996, p. 169, a separação entre história e poesia, levada a efeito pelos historiadores do século XIX, constituiu uma estratégia, montada pelos historiadores que naquele século se profissionalizaram, para legitimarem a historiografia enquanto provida de uma cientificidade, caráter que poderia ser elevado com a supressão do aspecto narrativo da representação histórica.



em escrever um discurso baseado em marcas, próprias a sua tradição de escritura. Marcas que localizamos na historiografia antiga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Orlando Luiz; LIMA, Marinalva Vilar de. **Ensaio em estudos clássicos**. Campina Grande: Ed. UFCG, 2006.
- CORDÃO, Michelly P. de S. **Olhares sobre a historiografia antiga: diálogos com Tito Lívio**. Campina Grande: UFCG, 2007 (monografia de graduação orientada por Marinalva Vilar de Lima).
- COSTA, Lúcia Militz da. **A poética de Aristóteles: mímese e verossimilhança**. São Paulo: Ática, 1992.
- ERNOUT, A; MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots**. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932.
- FINLEY, Moses. Mito, memória e história. In: *Uso e abuso da história*. Trad.: Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 3-27.
- GRIMAL, Pierre. **O século de Augusto**. Trad.: Rui Miguel O. Duarte. Lisboa: Edições 70, 1997.
- HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Trad.: Sonia Lacerda *et al.* Brasília: UnB, 2003.
- MENDONÇA, Antonio da Silva. Introdução. In: *Bellum civile (a guerra civil)*. Trad.: São Paulo: Estação liberdade, 1999.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: EDUSC, 2004.
- MORELO, Sonila. **A relativização da verdade em Heródoto**. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (dissertação de mestrado).
- MURACHCO, Henrique. **Língua Grega: visão semântica, lógica, orgânica e funcional**. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 2003 (v. II).
- ROMILLY, Jacqueline. **História e razão em Tucídides**. Trad.: Tomás Rosa Bueno. Brasília: UnB, 1998.



SHOTWELL, James T. **A interpretação da história e outros ensaios.** Trad.: Murillo Bastos Martins. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego.** Trad.: Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

VEYNE, Paul. **Acreditaram os gregos em seus mitos?** Trad.: Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d.

FONTES

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica.** Trad.: Jaime Bruna. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997.

CÉSAR, Caio Júlio. **Bellum civile (a guerra civil).** Trad.: São Paulo: Estação liberdade, 1999.

CÍCERO. Defesa de Árcuas. In: _____. *As Catilinárias et al.* Trad.: Américo Ramalho et al. São Paulo-Lisboa: Verbo, 1974.

CÍCERO. **Do sumo bem e do sumo mal.** Trad.: Carlos Ancêde Nougê. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CICERÓN. **El orador.** Trad.: E. Sánchez Salor. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

CÍCERO. **Retórica a Herênio.** Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

HERÓDOTOS. **Histórias.** Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988.

PLATÃO. **Diálogos.** Trad.: Jorge Paleikat; João Costa. São Paulo: Editor Victor Civita, 1972.

PLATÃO. **Fedro.** Trad.: Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães editores, 2000.

POLÍBIOS. **História.** Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1996.

TÁCITO. **Anais.** Trad.: J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre/Recife: W. M. Jackson Inc. Editores, 1965.

TITO LÍVIO. **História de Roma.** Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989 (vol. I-VI).

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso.** Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1986.

XENOFONTE. **Ciropedia.** Trad.: João Félix Pereira. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1970.